



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 14 DE 02 DE JANEIRO DE 2023

Regulamenta o Protocolo Único e Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na Modalidade Escuta Especializada e Depoimento Especial no Município de Santana do Ipanema/AL.

A Prefeita do Município de Santana do Ipanema, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as questões elencadas pela Lei Federal nº 13.431 de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 169, de 13 de novembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantias de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e adolescente;

CONSIDERANDO a plena proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral que prevê que todas as crianças e adolescentes devem receber proteção especial em função de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, tendo os seus melhores interesses avaliados, resguardados e considerados em todas as ações ou decisões que lhe digam respeito nas diferentes esferas, pública ou privada;

CONSIDERANDO o princípio da prioridade absoluta que compreende a primazia de receber a proteção e socorro em qualquer circunstância, conforme dispõe o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de uma intervenção precoce, mínima e urgente, que implica intervenção imediata, com respostas rápidas às violações de direitos, exercida, exclusivamente, por autoridades e instituições indispensáveis à efetiva promoção dos direitos e à proteção das crianças e adolescentes (art. 100, VII do ECA);

CONSIDERANDO o princípio da participação da criança ou do adolescente, ou o direito destes serem ouvidos, de expressar em seus pontos de vista, opiniões e crenças em assuntos que afetam a sua vida, que se reflete na obrigação de lhes ser assegurado a oportunidade de serem ouvidos em qualquer processo judicial e/ou em procedimentos administrativos que lhes são afetos, conforme preconiza o art. 12 da Convenção sobre os Direitos das Crianças, promulgada pelo Estado Brasileiro via Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO o princípio da dignidade da pessoa humana, segundo o qual cada criança ou adolescente deve ser tratado como um ser humano único e valioso, e como tal, ter sua dignidade individual preservada, suas necessidades especiais, interesses e privacidade respeitados e protegidos, incluindo a inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral, com a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias,



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DA PREFEITA

das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Protocolo Único e Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na Modalidade Escuta Especializada e Depoimento Especial no Município de Santana do Ipanema/AL.

Art. 2º. Este Protocolo tem como objetivo: estruturar e qualificar a atuação em rede, articulando, integrando e padronizando ações e procedimentos entre as instituições, equipamentos, serviços e programas do Município de Santana do Ipanema/AL, que compõe a rede de proteção e sistemas de segurança e de justiça, com vistas à garantia do atendimento protetivo, humanizado e integral as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Parágrafo único. Este Protocolo e os fluxos de atendimento nele definidos deverão ser observados na atuação da rede de proteção para o atendimento às crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências na modalidade escuta especializada e depoimento especial.

Art. 3º. Integra ao presente Decreto o Anexo Único - Protocolo Único e Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na Modalidade Escuta Especializada e Depoimento Especial.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Dê ciência, Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Christiane Bulhões Barros Melo Silva
Prefeita

O Presente Decreto foi registrado na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio e Publicado através da fixação de editais no mural do Prédio da Prefeitura e Nos lugares públicos, como de costume, em 02 de janeiro de 2023.

Antônio de Pádua Nunes Batista

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio